



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA – PIBIC CNPq/UFAL/FAPEAL**

***RELATÓRIO FINAL***

***(2018 – 2019)***

**TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA:**

Mulheres e cárcere: um estudo sobre a condição feminina no sistema prisional alagoano

**TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO (individual e diferenciado)**

Gravidez e maternidade no cárcere feminino: a experiência das mulheres encarceradas e as narrativas institucionais da equipe de profissionais do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia em Maceió/AL.

**NOME/UNIDADE/CAMPUS DO ORIENTADOR:** Elaine Cristina Pimentel Costa, FDA, Campus A.C.Simões.

**NOME/CURSO DO BOLSISTA/COLABORADOR:** Kamilla Borges dos Santos, Direito.

	<b>BOLSISTA CNPQ</b>			<b>BOLSISTA FAPEAL</b>
<b>X</b>	<b>BOLSISTA UFAL</b>			<b>COLABORADOR</b>

\*NOME DA GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Ciências Sociais aplicadas.

\*NOME DA SUB-ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Sociologia Jurídica.

\*Consultar site [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)

**Maceió - AL, 15/08/2019.**

## RESUMO

Tomando como ponto de partida o fenômeno sociopolítico do encarceramento em massa, com contornos específicos para retratar e investigar a situação das mulheres, o presente estudo propõe-se a prosseguir e amadurecer o estudo da condição feminina na prisão. Superada a primeira etapa da pesquisa (ciclo 2017-2018), que delineou os contornos das legislações internacional e nacional, tal como mapeou a existência, ou não, das políticas públicas direcionadas à proteção das mulheres na prisão, este segundo momento empregou seus esforços em reproduzir e buscar entender a visão de todos os agentes sociais envolvidos, sendo: as mulheres presas (provisórias e condenadas); integrantes da gestão penitenciária do Santa Luzia; agentes penitenciários; quadro de professores; enfermeiras; assistentes sociais; psicólogas; médicos e quaisquer outros sujeitos que tenham envolvimento com a realidade vivenciada no Santa Luzia. Ademais, vale ressaltar, que o interesse em compreender a visão desses indivíduos tem o escopo de relacionar as entrevistas às quatro dimensões relevantes do aprisionamento feminino: o trabalho prisional, os direitos sexuais, reprodutivos e a maternidade, a vivência da homoafetividade e a saúde mental. Assim, este relatório trata sobre as conclusões obtidas acerca dos direitos reprodutivos e da maternidade coletados no Presídio Feminino Santa Luzia, em Maceió. Superada uma parte da análise documental, através das leis e documentos públicos, por meio da pesquisa qualitativa, buscou-se entender, a partir da perspectiva dos sujeitos – mulheres encarceradas e gestoras do sistema carcerário como são percebidos e vivenciados os direitos reprodutivos e a maternidade no cárcere.

**Palavras-chave:** Encarceramento feminino. Direitos reprodutivos. Maternidade.

## INTRODUÇÃO e OBJETIVOS

É notório que a cada ano um quantitativo cada vez maior de pesquisadores debruça-se sobre as problemáticas do sistema penitenciário. Dentre os temas abordados destacam-se: a cultura punitiva que vem ganhando força, a superlotação decorrente dessa cultura nas penitenciárias, a ausência de suporte estrutural e as dificuldades enfrentadas por pessoas presas. Todavia, os presídios utilizados como fonte de pesquisa são predominantemente masculinos, sendo que a taxa de crescimento da população carcerária feminina cresceu 656% quando comparamos o mês de junho de 2016 ao mesmo mês, nos anos 2000. Em compensação, o aprisionamento masculino no mesmo lapso temporal cresceu 293% (INFOPEN, 2016).

Diante desse cenário, surgiu a necessidade de direcionar as atenções desta pesquisa para as mulheres no cárcere, que ainda tem, apesar de alguns avanços, suas necessidades silenciadas pelo domínio do patriarcado, posto que a partir do momento em que elas são submetidas à prisão, seus corpos passam a ser controlados pelo Estado. Sendo assim, o estudo apresentado propõe-se a analisar como todo aquele amparo legal visto no primeiro ano da pesquisa chega às encarceradas e como ele é executado pelos agentes públicos que atuam no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia em Maceió-AL.

Através da pesquisa quantitativa, buscou-se por meio de uma determinada amostragem, aprofundar os estudos sobre o objeto de pesquisa (GIL, 2008), bem como humanizar os indivíduos estudados, não os resumindo à frieza dos números. Desse modo, foi possível confrontar tudo o que foi estudado até agora com o tratamento e as necessidades observadas na vivência do cárcere, para que pudéssemos, a partir da análise dos dados coletados, compreender os direcionamentos para um melhor desenvolvimento da maternagem e dos direitos reprodutivos, no contexto da privação de liberdade, sem que necessariamente implique no encarceramento de bebês e crianças ou a perda da autonomia feminina em aprender sobre seu corpo e ter a gerência de seus direitos reprodutivos.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, dá encadeamento ao segundo ano de pesquisa do PIBIC, iniciada no ciclo de 2017-2018, de natureza empírico-documental, que objetivou a análise da legislação internacional e nacional, bem como o estudo de documentos disponibilizados pela gestão carcerária para a evolução do encarceramento feminino em massa no que diz respeito à maternidade e aos direitos reprodutivos no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia em Maceió-AL. Nesse segundo momento do estudo, há a concentração no mesmo eixo temático, desta vez realizada com prevalência das narrativas dos indivíduos que compõem a realidade social do presídio, em evidência às gestantes.

Sem desvinculação com a dimensão teórica, através do estudo de livros e artigos, principalmente a respeito da elaboração da pesquisa quantitativa, foram continuados os estudos de gênero, a todo momento fazendo ligações com a Criminologia de matriz feminista (MENDES, 2013) – especialmente no âmbito da política criminal e penitenciária – e o desenvolvimento e aplicação das políticas públicas para mulheres no cárcere. Essa trajetória proporcionou uma adequação das demandas de gênero no caso concreto e as origens de alguns discursos.

Nessa perspectiva, a pesquisa permaneceu dividida em quatro núcleos inicialmente distintos: trabalho prisional, maternidade, homoafetividade e saúde mental das mulheres na prisão. O aporte teórico para guiar as concepções de gênero, política criminal e a formalização das bases estruturais para aplicação de uma pesquisa qualitativa – posto que muitas das entrevistas foram realizadas em conjunto – deveriam seguir uma linha de raciocínio gradual. Isto é, não havia a possibilidade de isolar uma dimensão do encarceramento feminino e trabalhá-lo dentro de um universo hermético.

Assim, os textos de Sandra Harding (1993), Joan Scott (1995), David Garland (2001) e Silva Sanchez (2013) foram fundamentais no primeiro momento da pesquisa, aos quais proporcionaram um aprofundamento na temática de gênero e da epistemologia feminista. Superados esses aspectos, os escritos de Laurence Bardin (2010), Isabel Carvalho Guerra (2006) e Antônio Carlos Gil (2008) foram imprescindíveis para o êxito da pesquisa qualitativa, visto que através de uma determinada amostragem pudemos

aproximar o pesquisador do objeto pesquisado e ampliar a visão a respeito do objeto de pesquisa.

Além disso, considerando que a pesquisa qualitativa pode ser utilizada por uma infindável combinação de métodos, é importante a reflexão de Isabel Carvalho Guerra para compreendermos a escolha desse método para aplica-lo neste estudo:

Do ponto de vista ontológico, o objeto de análise é o mundo humano, o que implica, como afirmam Michelle Léssard-Herbert e outros, considerar que os factos sociais são coisas e a sociedade não é um organismo natural, mas sim um artefacto humano. Do que se precisa é de compreender o significado dos símbolos sociais, artefactuais e não explicitar as realidades sociais “externas”. O ponto de vista “objectivo” ou “neutro”, recomendado pelo positivismo, é uma impossibilidade metodológica e uma ilusão ontológica: estudar o social é compreendê-lo (o que não se torna possível sem o reviver); o objeto social não é uma realidade exterior – uma construção subjectivamente vivida (GUERRA, 2006).

A preferência pela pesquisa qualitativa responde a questões muito íntimos dos seres humanos, haja vista que o método escolhido permite uma harmonização da realidade dos fatos e uma relação de aproximação do pesquisador que não podem ser quantificados (DESLANDES e col., 2002). Ou seja, empenha-se dentro do universo de significados capazes de humanizar a pesquisa, com relatos pessoais, valores e atitudes subjetivas que essa perspectiva metodológica pode acessar. Por essas razões, foram elaborados questionários semiestruturados, capazes de nortear o pesquisador, sem conter o fluxo do diálogo. Face a esses argumentos, a opção pelo método qualitativo baseia-se nos escritos de Elaine Pimentel (2015):

A opção pela ênfase num estudo qualitativo harmonizado com a análise de dados de natureza quantitativa impõe o envolvimento historicizado do/a pesquisador/a, a partir de parâmetros teóricos que guiem as técnicas de coleta de dados, as observações de campo, a análise documental e a análise de conteúdo, tudo isso permeado por percepções críticas, proporcionando a maturação da pesquisa e a formulação de conclusões que expressem o refinamento subjetivo do/a pesquisador/a. Essa perspectiva foi o norte para a condução dos trabalhos de campo (PIMENTEL, 2015, p. 73).

Isto posto, para a aplicação desse método, foi fundamental a delimitação da amostra, através do recorte das mulheres encarceradas grávidas e das mães que tiveram filhos no sistema e fora dele, para que pudéssemos investigar o sistema prisional alagoano sob o ponto de vista das encarceradas. Para que complementássemos o entendimento a respeito da organização funcional do presídio, também foram elaborados outros questionários direcionados aos servidores penitenciários – assistente social, advogada, psicóloga e outros –, para que fossem demonstrados como a gerência humana é desempenhada.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo buscou compreender a maneira pela qual toda a normatização nacional e internacional alcança o exercício da maternagem e o desenvolvimento dos direitos reprodutivos no cárcere. Como visto, o método utilizado foi o da pesquisa semiestruturada, para que todos os entrevistados tivessem a liberdade de desenvolver e até direcionar o rumo da conversa para outros caminhos dentro do universo do tema.

Em relação às gestantes entrevistadas, cumpre salientar que elas falaram abertamente de suas vidas, ressaltando a vivência anterior ao cárcere e a experiência de estar no presídio feminino grávida. Algumas empenharam-se em demonstrar suas reflexões e arrependimentos a respeito de sua situação; outras, foram bem restritas às perguntas feitas e demonstravam não compreender a relevância do tema abordado em suas realidades. Todavia, a partir de uma análise ampla das experiências vivenciadas, é possível definir tanto os efeitos do cárcere para essas mulheres, quanto, sob um aspecto feminista, o embrião do patriarcalismo nos discursos apresentados.

Desse modo, nos atos preparatórios das entrevistas, a administração do presídio proporcionou sem dificuldades o acesso às gestantes. Ao total encontravam-se quatro no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia. Quanto ao para a realização da entrevista, a psicóloga cedeu sua sala para que pudéssemos entrevistar as mulheres individualmente, em um ambiente que as encarceradas já conheciam, uma sala confortável, com ar-condicionado, luz agradável e cadeiras confortáveis. Porém, em que pese a existência de todo o estrutural para cooperar, era notório o desconforto das entrevistadas ao responder algumas perguntas, considerando que na porta da sala duas agentes penitenciárias ouviam toda a descrição dos fatos e não foi autorizado o total fechamento da porta. Não houve interferência direta das agentes durante a entrevista, porém, ao encerrar o bloco de perguntas das gestantes, foi notado pelos presentes alguns comentários jocosos durante a escolta de retorno às celas.

Noutro norte, a entrevista das mulheres encarceradas foi dividida em dois blocos. O primeiro, objetivando criar um vínculo de confiança com o entrevistado, apresentar o entrevistador e conhecer o objeto de estudo, foi elaborado com perguntas “quebra gelo”, as quais continham as seguintes perguntas: Qual seu nome? Qual sua idade? De qual cidade

you came? Could you describe it? How is your family? How long have you been in prison? Do you have children? How many?

In front of this scenario, all the precautions were taken when making the questions, in order to guarantee a positive first contact and that external factors would not compromise the results of the interviews, as recommended by Gil (2008). Thus, there was a gradual stimulus to the answers to the questions, considering that, being a relevant and very delicate issue, it took time for there to be a real approximation with some of the pregnant women.

After these aspects, the object of the research was duly introduced into the context of the conversation, so that we could analyze the data. In this context, the following questions were introduced: when entering the prison, were you subjected to any type of exam? In the affirmative, what was the feeling when taking the exam? Did any of your children be born during the period you were in prison? In the affirmative, how was the time you spent with him in prison? Did you do a prenatal or any ultrasound to check the health of the baby? How was the moment when he was taken out of prison? Who is taking care of your children? Do your children visit you in prison? How often? When you were in prison, did anyone inform you about your rights? Remember any or which? Did you answer any questionnaire about health or precautions? In the convivium with the other prisoners of Santa Luzia, have you already talked about the possibility of abortion or about the realization of any? In your opinion, should Santa Luzia extend the activities of education and work to pregnant women and with children in prison? Why?

Face a esses questionamentos, é preferível apresentar as mulheres em separado, para que possamos estudar os fundamentos e os fatores empregados na formação de algumas compreensões, bem como analisar se há a aplicabilidade das normas de modo isonômico, posto que há situações em que a percepção se dá de forma isolada.

- Alana<sup>1</sup>

Alana, 33 anos, natural de Maceió, uma mulher alta, negra, cabelos lisos e olhos castanho-escuro. Apareceu ser bastante vaidosa, muito bem articulada e instruída. Em nossa conversa, demonstrou muito arrependimento pela distância com seus três outros filhos e pelo afastamento da família, principalmente depois da reincidência, mas alegou que preferia que as coisas permanecessem desse jeito – apesar do sofrimento – dada a situação

---

<sup>1</sup> Os nomes das entrevistadas foram alterados para proteger a identidade delas.

em que se apresenta a saúde dos pais. Relembrou e descreveu com muito carinho a infância vivida na Jatiúca, lembrou de tempos em que as preocupações eram muito menores, das comidas de infância que lhe traziam saudades e das brincadeiras na rua.

Atualmente, gesta seu quarto filho. Seus outros três possuem doze, seis e dois anos respectivamente. Nenhum deles nasceu durante sua permanência no Santa Luzia. Considera-se casada, mas hesitou algumas vezes antes de se atribuir esse título, posto que não vê o marido desde antes de ser presa, há cerca de três meses. Depois de uma longa conversa a respeito de sua família, relatou que descobriu a gestação na triagem e que não se sentiu constrangida ao fazer os exames, chegando a elogiar a equipe. Além disso, asseverou que está sendo acompanhada com pré-natal e que já fez alguns exames de rotina.

Como dito, prefere a distância dos pais e dos filhos mais velhos que moram com eles, visto que não considera o convívio do cárcere como sendo “influências positivas” para os seus filhos e apenas a madrinha, que possui a guarda de sua filha menor, mantém contato para comunicar da criança e trazê-la raramente. Relata também que encontra com a filha no berçário das 10 às 16 horas. No que se refere aos afazeres, relata que elas e suas companheiras só são autorizadas a participar de alguns eventos e que gostaria de “ocupar a cabeça” com qualquer outra coisa, visto que em sua cela pouco conversam sobre outras temáticas além dos “assuntos femininos”, como afazeres domésticos, maternidade e constituição familiar. Assim, julga interessante que ela e outras meninas tenham acesso às informações que ajudem a administrar seus interesses, mas não sabe se eles serão facilmente aplicáveis à sua vivência fora da prisão.

- Patrícia

Patrícia, 22 anos, é uma mulher de baixa estatura, semblante muito sofrido e olhos tristes. Sua família é de origem muito humilde no interior de Alagoas. Não demonstrou muita abertura em suas respostas. As perguntas quebra-gelo foram alongadas, para ver se a entrevistada permitia uma proximidade maior, sem êxito. Relatou que sua família era constituída pelo seu filho de três anos, sua sogra detém a guarda do filho, e seu marido. Relata que está presa há um ano e que recebe visitas frequentes dos seus familiares, mas seu filho só a visita de dois em dois meses. Quanto à sua infância, relatou que não lembrava de muitas coisas divertidas ou que a traziam boas lembranças, que foi submetida ao trabalho muito cedo e que teve uma infância muito difícil.

Em sua chegada ao presídio fez exame de sangue e gravidez, mas que engravidou quando já estava presa e que não se sentiu constrangida ao realizá-los. Atualmente está fazendo acompanhamento pré-natal. Em relação ao trabalho, afirma que gostaria de trabalhar porque a disseram que tem remuneração e seria importante para ela ajudar a família. Em relação aos direitos reprodutivos, não acha importante falar sobre essas “coisas”, diz que não acredita na “liberdade das mulheres” decidirem quando querem ou não ter filhos e que esses assuntos são irrelevantes dentro da prisão e da sua realidade.

- Janaína

Janaína, 20 anos, natural de Maceió, é uma mulher de baixa estatura e possui traços de uma adolescência interrompida pela gestação do seu primeiro filho – que à época da entrevista possuía quatro anos –, afirmou que estava presa há dois meses e que já sabia da gestação ao ingressar no presídio. Em relação à constituição familiar, explicou que seus relacionamentos eram muito conturbados, posto que seu primeiro companheiro e pai do seu primeiro filho foi assassinado e o pai do segundo filho está foragido, mas que lamentava profundamente a distância do filho, visto que desde que foi presa não soube notícias do filho ou recebeu visita. A partir desse momento da entrevista, houve uma pausa para que a entrevistada pudesse chorar e só houve prosseguimento quando ela se sentiu confortável.

Relata a entrevistada que, apesar da sua situação ao ingressar no presídio, foi submetida a um exame de sangue e que a equipe a tratou bem. Contudo, por haver pendências em seus documentos, não pode realizar outros exames de rotina ou iniciar o pré-natal, mas que a culpa da demora não era da administração do presídio.

Noutro norte, assevera Janaína que gostaria de trabalhar ou ocupar a mente de alguma outra maneira, considerando que as mulheres que convivem na mesma cela só abordam temas de maternidade ou da vivência antes do cárcere e que ela gostaria de ter um meio de desligar, ainda que por alguns momentos, a cabeça do mundo além do presídio. Outro ponto de relevância é a questão do tratamento dos direitos reprodutivos dentro do cárcere, visto que ela não sabia do que se tratava, mas após uma breve explanação, entendeu que é importante que as mulheres busquem suas autonomias e passem a administrar seus próprios corpos.

- Luana

Luana, 23 anos, natural do interior de Alagoas, tinha feições muito sofridas, aspecto de pessoa que perdeu sua vaidade ao longo do tempo. Seus olhos eram muito tristes e possuía uma certa dificuldade em olhar nos olhos. A maternidade aparece como um elemento de identificação pessoal muito forte. Luana gestava seu sexto filho e os outros cinco possuíam oito, sete, cinco, quatro e três anos respectivamente. Relata que foi presa duas vezes e que, em razão disso, seus pais não quiseram manter contato, apesar de cuidarem dos seus dois filhos mais velhos.

Aparentemente, a família era um ponto muito delicado para a entrevistada, posto que todas as vezes que mencionava seus filhos sua voz ficava embargada e seus olhos cheios de lágrimas. No que se refere às relações familiares, foi relatado que as únicas pessoas as quais ela ainda possuía contato eram as irmãs, mas mesmo assim não recebia visitas, ou sequer a família procurou um advogado. Em um determinado momento, a entrevistada chorou muito ao relatar a violência física e psicológica que ela e seus filhos sofriam de seu ex-companheiro. Atualmente, é casada com outra pessoa e os seus três filhos mais novos moram com ele.

Quanto aos tratamentos e acompanhamentos de saúde, diz que não fez o teste de gravidez ao entrar na unidade prisional ou realizou exames de rotina, sem receber alguma justificativa plausível. Entretanto, o que mais chamou atenção foi o fato de que, apesar de alegar a gravidez, não deram credibilidade a ela e demoraram vários dias para realizar o teste. Em que pese tenha ocorrido uma negligência na consecução de um direito dela, revela que não tem interesse em aprender sobre direitos reprodutivos, pois tem absoluta certeza que é contrária aos dogmas de sua religião. Além disso, diz que só gostaria de trabalhar para ocupar a cabeça com outras coisas. Encerrada essa entrevista, ao sair da sala, a entrevistada foi submetida a diversos questionamentos maldosos das duas agentes penitenciárias que estavam na porta da sala, o que visivelmente piorou a situação psicológica dela.

Noutro norte, em relação às entrevistas com a assistente social, a psicóloga e a advogada responsáveis pelo Santa Luzia, apesar de realizadas em momentos diferentes, todas reproduziam o mesmo discurso provenientes das encarceradas e relacionavam-se sempre aos mesmo temas do abandono familiar e do medo de perder as crianças. As preocupações nunca giravam em torno do próprio futuro ou de próprias necessidades, até os preconceitos sofridos dentro da unidade e outros assuntos que poderiam ser relevantes na

busca de melhores condições de moradia perdem a força, quando não se tem o básico, isto é, a dissociação de uma condição para o que se propriamente é, uma identidade. Assim, a doutrina determina:

As mulheres não estão fora da história, elas são negligenciadas nos relatos históricos, feitos, desde os primórdios, pelos homens, a partir das pouquíssimas fontes históricas existentes. Pode-se afirmar, então, que as estruturas de poder silenciaram as mulheres ao longo da história e, nesse sentido, sempre que a história faz silenciar as mulheres, estabelece uma forma de mortificação do *self*. (PIMENTEL, 2015)

Face aos relatos aqui apresentados, é evidente que essas mulheres reproduzem preceitos estruturais típicos do patriarcado, os quais elas internalizam desde muito jovens. Um deles é o encargo de cuidado, principalmente dos filhos, atribuídos somente a elas. Tal afirmação é comprovada no contexto das entrevistas, visto que, geralmente, há uma misoginia intrínseca na educação familiar, isto é, as mulheres não aprendem a se libertar dessas amarras ideológicas impostas pela sociedade e que as reduzem a um instrumento passivo de submissão doméstica, de modo que as decisões autônomas são suprimidas. Tais aspectos são reiterados há muitos anos. Simone Beauvoir (1949) já demonstrava a relação escravocrata entre os sexos opostos e que a urgência da necessidade, nesse caso, a necessidade biológica, nunca favoreceu o oprimido.

Isto posto, tais aspectos são capazes de impossibilitar que as mulheres encarceradas vejam a necessidade de lidar com os direitos reprodutivos, de conhecer e buscar essa autonomia, bem como compreender, em que pese a existência de toda o peso emocional no exercício da maternagem, que esse encargo não compete exclusivamente a ela. Assim, entende-se que:

O *self* é marcado pela identificação com determinados papéis, a exemplo da própria maternidade, que aparece, em alguns dos relatos, compreendida num contexto de matrifocalidade e caracterizada pela centralidade da mulher/mãe no suporte afetivo da família e, mais adiante, como provedora (PIMENTEL, 2015).

Todos esses fatores demonstram que, tanto na análise do caso concreto quanto na proposta de solução dessa problemática, o empoderamento feminino para a liberdade e a autodeterminação deveria ser uma das principais propostas de todas as normatizações. Visto que, como expressa Soraia da Rosa Mendes:

O conceito de liberdade tem um âmbito de aplicação quase ilimitado. Pois, quase tudo o que desde algum ponto de vista é considerado bom ou desejável é vinculado a ele.

[...]

O direito à autodeterminação, especificamente quanto ao direito de decidir sobre ser ou não ser mãe, é um direito que é, ao mesmo tempo, fundamental e exclusivo

das mulheres porque forma um todo com a liberdade pessoal (autodeterminação) da mulher em optar em se tornar mãe ou não. Trata-se, portanto, de uma liberdade negativa, de uma alternativa de ação (MENDES, 2014, p 192-194).

Assim, ao passo em que é indubitável a necessidade de se garantir regras estruturais e comportamentais, se não são dados meios para que a mulher saia do seu confinamento psicológico, não se pode esperar que ela evolua. Conseqüentemente, os direitos reprodutivos têm esse propósito de assegurar os devidos meios de autoconhecimento às mulheres encarceradas, posto que em algum momento essa apenas retornará à liberdade e deverá ter autonomia suficiente para cuidar do próprio corpo e vivenciar a maternagem, a partir do conhecimento dos direitos reprodutivos.

## CONCLUSÕES

A pesquisa realizada demonstrou que as determinações legais de estrutura e saúde são executadas no Santa Luzia, garantindo o mínimo de dignidade às encarceradas. Apesar dos esforços empregados pelas assistentes sociais para o cumprimento das legislações, o sentimento de abandono familiar e ausência dos filhos supera a previsão do texto legal e, para as mulheres presas, é a pior reflexo que a pena pode ter.

Entretanto, em relação às gestantes, estima-se que o lugar delas sequer deveria ser a prisão, haja vista que o ócio é prejudicial ao lado emocional das mulheres encarceradas, já abalado, podendo causar danos ao feto. Diante disso, apesar da permissão para as presas gestantes participarem de eventos com os outros módulos do presídio, verifica-se uma séria violação à isonomia e às normas que garantem abrangência dos benefícios concedidos as outras encarceradas, posto que não há autorização para que elas participem do estudo ou trabalho.

Ademais, tratar a respeito de direitos reprodutivos e desenvolvimento da maternagem através de um embasamento feminista, com pessoas que demonstram a existência de uma barreira psicológica proporcionada pela construção de uma cultura patriarcal limitante é um desafio, visto que o Estado tem a função de garantidor dos interesses coletivos e no seu desempenho, a obrigação de garantir a construção de uma sociedade livre, sendo esse um de seus objetivos preconizados na Constituição (art. 3º, I da CF/88).

Assim, como dito, na Estabelecimento Prisional Feminina Santa Luzia, conseguimos visualizar a aplicação das normas internacionais e nacionais. Entretanto, toda problemática consiste no fato de que a lei não avança com as necessidades do encarceramento, com as demandas das mulheres e suas lides diárias, havendo o suprimento parcial das necessidades. Assim, há a necessidade de se corrigir ou atenuar primeiro os problemas que causam uma fragilidade na dimensão emocional, para que a partir desse momento as mulheres possam construir suas liberdades através do conhecimento, a ser consolidado por políticas públicas direcionadas ao público carcerário feminino.

Nesse aspecto residem os direitos reprodutivos e o desempenho da maternidade, haja vista que se há essa busca pela autonomia e pelo fortalecimento da identidade, eles irão refletir nos demais campos da vida de todas essas mulheres, principalmente quando se considera o cárcere como algo transitório. Essa realidade restou evidenciada nessa pesquisa, o que se mostra extremamente relevante para que o controle dos corpos femininos tenha cada vez menos prevalência na realidade dessas mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.
- BRASIL, Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. In: SENADO FEDERAL. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm)> Acesso em: 06 de ago. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, departamento de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas. 1 ed. – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.
- DESLANDES, S.F.; NETO, O.C.; GOMES, R.; MINAYO, M.C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas e uso**. Parede: Príncípia, 2006.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIMENTEL, Elaine. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SANTA RITA, Rosangela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

## PLANO DE TRABALHO INDIVIDUAL E DIFERENCIADO DO BOLSISTA OU COLABORADOR

**Título do Plano de Trabalho:** Gravidez e maternidade no cárcere feminino: a experiência das mulheres encarceradas e as narrativas institucionais da equipe de profissionais do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia em Maceió/AL.

**Nome da orientadora:** Elaine Cristina Pimentel Costa

**Nome da estudante:** Kamilla Borges dos Santos

**Objetivos do trabalho da estudante** (ver Art. 20º, § 1º, Inciso V):

- Analisar as práticas institucionais e dinâmicas ao redor do exercício dos **direitos reprodutivos e da maternidade** no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia,
- Coletar e mapear dados quantitativos e qualitativos sobre as **mulheres grávidas ou que têm filhos menores de 12 anos**, presas Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia;
- Compreender como **a gravidez e a maternidade** são vivenciadas no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia a partir do olhar das próprias mulheres presas e da equipe de profissionais que atuam na unidade prisional.

**Metodologia correspondente** (ver Art. 20º, § 1º, Inciso VI):

As atividades a serem desenvolvidas transitarão entre a dimensão teórica e empírica.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, serão realizadas leituras de textos voltados ao tema da gravidez e da maternidade no cárcere, com o propósito de construir um referencial teórico sólido para guiar a posterior coleta e tratamento dos dados da pesquisa.

Na dimensão empírica, dois caminhos distintos serão percorridos. Primeiramente, a etnografia das dinâmicas do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, no que diz respeito às mulheres grávidas e com filhos menores de 12 anos. Quais as peculiaridades da custódia dessas mulheres? Há lugares e procedimentos específicos? Nesse sentido, será analisado o HC coletivo 143641, com o escopo de identificar, por meio da coleta de dados quantitativos e qualitativos, os efeitos produzidos sobre o encarceramento feminino em Alagoas. Todos esses dados serão coletados por meio de observação não-participante e da aplicação de formulário a ser elaborado durante a pesquisa.

Para ter acesso às narrativas das mulheres presas (provisórias e condenadas), de integrantes da equipe de gestoras e gestores, de agentes penitenciários femininos e masculinos e de profissionais do quadro técnico (enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, médicas e outros), será elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, que proporcionará a coleta de dados e informações relevantes, que serão trabalhados por meio dos referenciais teóricos da análise de conteúdo, permitindo compor uma interpretação ampla acerca dos direitos fundamentais das mulheres grávidas e com filhos menores de 12 anos em situação de aprisionamento no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia.

**Cronograma de atividades** (ver Art. 20º, § 1º, Inciso VII):

ATIVIDADES	Meses											
	2018					2019						
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Leitura de textos sobre aspectos sociojurídicos inerentes à gravidez e o exercício da maternidade no cárcere	x	x	x	X								
Produção de resenhas sobre os textos estudados	x	x	x	X								
Elaboração do formulário de coleta de dados sobre os procedimentos e dinâmicas do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia				X								
Aplicação do formulário para integrantes da equipe de gestoras e gestores, agentes penitenciários femininos e masculinos e profissionais do quadro técnico (enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, médicas e outros)					x							
Elaboração de roteiros de entrevistas semiestruturadas para mulheres presas (provisórias e condenadas), integrantes da equipe de gestoras e gestores, agentes penitenciários femininos e masculinos e profissionais do quadro técnico (enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, médicas e outros)				X								
Aplicação do pré-teste de entrevista e ajustes nos instrumentos de pesquisa						x						
Elaboração de relatório parcial							x					
Aplicação das entrevistas com integrantes da equipe de gestoras e gestores, agentes penitenciários femininos e masculinos e profissionais do quadro técnico (enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, médicas e outros)								x	x			
Aplicação das entrevistas com mulheres presas (provisórias e condenadas) que estejam grávidas ou que tenham filhos menores de 12 anos									x	X		
Tratamento dos dados coletados											x	x
Elaboração do relatório final												x